

ESTUDO SOBRE OS NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE
FAMÍLIAS PESCADORAS E MARISQUEIRAS DA RESEX CANAVIERIAS (BA):
RELAÇÕES ENTRE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SISTEMA ALIMENTAR

STUDY ON FOOD AND NUTRITIONAL INSECURITY LEVELS OF FISHING AND
SEAFOOD FAMILIES AT RESEX CANAVIERIAS (BA): RELATIONSHIPS BETWEEN
ENVIRONMENTAL CONSERVATION AND THE FOOD SYSTEM

URZUA, Victor Andres N.¹

Resumo

O crime do derramamento de óleo no litoral da região nordeste do Brasil, em 2019 e o período da pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2022, provocou impactos socioambientais significativos, sobretudo em comunidades praticantes da pesca artesanal. Este trabalho apresenta a análise de dados obtidos durante a pesquisa de campo do estudo da Tese de doutoramento do autor, que trata da relação entre conservação da biodiversidade e segurança alimentar e nutricional como direitos, em Unidades de Conservação do tipo Reservas Extrativistas Marinhas (Resex). Os dados levantados por meio da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) em famílias “beneficiárias” da Resex Marinha de Canavieiras (BA) foram relacionados com dados socioeconômicos e ambientais e subsidiaram as análises sobre a situação da segurança alimentar dessas durante aquele período. Um importante componente da questão de pesquisa da Tese foi verificar *se e como* esta Resex pode ser entendida como espaço onde a defesa do território pelas comunidades locais possibilita incorporar objetivos e práticas relacionadas com a SSAN e de que maneiras as *práticas instituintes do comum* participam desse processo.

Palavras-chave: Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras; Conservação da Natureza; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Pesca Artesanal.

Abstract

The oil spill off the coast of northeastern Brazil in 2019 and the Covid-19 pandemic between 2020 and 2022 have had significant socio-environmental impacts, especially on artisanal fishing communities. This paper presents an analysis of data obtained during field research for the author's doctoral thesis, which deals with the relationship between biodiversity conservation and food and nutrition security as rights, in Conservation Units such as Marine Extractive Reserves (Resex). The data collected by applying the Brazilian Food Insecurity Scale (Ebia) to "beneficiary" families in the Canavieiras Marine Extractive Reserve (BA) was related to socio-economic and environmental data and supported the analysis of their food security situation during that period, an important component of the thesis' research question, to see if and how this Extractive Reserve can be understood as a space where the defense of the territory by local communities makes it possible to incorporate objectives and practices related to food and nutritional sovereignty and security and in what ways the practices that establish the commons participate in this process.

Keywords: Marine Extractive Reserve of Canavieiras; biodiversity conservation; Food Security; artisanal fishing.

INTRODUÇÃO

A criação e a implantação de Unidades de Conservação da natureza (UC) são frequentemente descritas como as principais estratégias para a conservação e proteção da biodiversidade no Brasil. As UC são definidas, grosso modo, como áreas com características naturais ou semi-naturais relevantes, instituídas pelo poder público e definidas

¹ Pesquisador associado ao CERESAN/UFRRJ; professor no IFBA, vn.urzua@gmail.com.

geograficamente, com objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade e às quais se aplicam, sob regimes especiais de administração, garantias de proteção (Brasil, 2000). A implantação das UC visa atender o ideal de garantia do acesso a um ambiente equilibrado, bem de *uso comum*, direito constitucional que deve ser defendido e preservado para as atuais e futuras gerações, com papel de destaque ao Estado e à participação da sociedade (Brasil, 1988).

As Reservas Extrativistas (Resex) são UC previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e estão enquadradas na tipologia “de uso sustentável”, que prevê o uso direto dos recursos naturais [e da natureza]. Com isso, podem abranger povos e comunidades tradicionais baseadas no manejo artesanal dos recursos. É importante destacar que, no modelo das Resex, o pedido de criação costuma ser feito pelos povos e comunidades tradicionais historicamente ocupantes desses espaços em que se pretende instituir, pelo Estado, dispositivos legais de proteção. Legado da mobilização dos Povos da Floresta, movimento da década de 1980, que teve como expoentes, entre outros, o seringueiro Chico Mendes e o cacique Raoni, a esses atribui-se um protagonismo na conservação da biodiversidade *in situ*, normalmente associando os saberes adquiridos empiricamente através das gerações às práticas de manejo dos recursos da natureza, da qual dependem para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Essa característica fundamenta o argumento de que esses grupos e comunidades, por dependerem da existência, da qualidade e do acesso à natureza e aos recursos naturais, desenvolvem práticas de manejo que garantem a manutenção dos ecossistemas. Da mesma forma, há abordagens, tanto nas Ciências Sociais como da Natureza e da Saúde, que destacam a importância estratégica dessas populações na produção de alimentos saudáveis, no enfrentamento das mudanças climáticas e no controle da financeirização da natureza, em perspectivas multiescalares e multidimensionais, relacionais.

A Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), diga-se, é uma abordagem que incorpora como característica a multidimensionalidade dos fatores que a determina. Essas características estão presentes na sua definição como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (Brasil, 2006). A SSAN, pode-se dizer, é um conjunto de Políticas Públicas e Projetos que visam garantir o Direito à Alimentação Humana Adequada (DHAA), que, desde 2015, está na Constituição do Estado brasileiro. Por sua vez, a insegurança alimentar (InSAN) é a incapacidade no acesso regular e permanente aos alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, no presente ou na iminência de um futuro próximo.

O acesso de todos a alimentos de boa qualidade nutricional; o respeito aos hábitos e culturas alimentares, às formas de fazer a comida; e, simultaneamente, a produção, distribuição e consumo de alimentos atingirem certas condições ideais são aspectos-desafios para a melhoria das condições alimentares. Esses desafios são orientados por alguns princípios que organizam a abordagem interdisciplinar e intersetorial da temática da segurança alimentar. O primeiro é de que ela não está desvinculada da segurança nutricional, mas a compõe. O segundo, que a SAN somente será garantida com a participação ativa da sociedade e, por fim, que o DHAA antecede qualquer outra situação, seja política ou econômica (Maluf e Menezes, 2019). São esses princípios que podem articular a realização de objetivos e práticas da SSAN com o fortalecimento dos territórios pesqueiros protegidos no modelo Reserva Extrativista Marinha.

Se a realização da SSAN demanda ações intersetoriais de garantia do acesso à terra e território, de participação e controle social sobre os recursos e de garantia de acesso aos bens da natureza, as Unidades de Conservação do tipo Reservas Extrativistas (Resex), por suas características estruturantes – que vem a ser o uso sustentável e o manejo direto, a co-gestão e conselho deliberativo e a concessão real de uso (Contrato de Concessão Real de-Uso - CCDRU) – se apresentam como a institucionalização de um modelo de utilização da natureza que promove a conservação da biodiversidade, a partir do manejo dos recursos naturais, da permanência e da participação ativa das comunidades extrativistas artesanais que, historicamente, integram os territórios [a ser] institucionalizados pelo Estado.

As Resex Marinhas abrangem comunidades extrativistas baseadas predominantemente na pesca, na cata (coleta) e na mariscagem (beneficiamento) em mangues, estuários e no mar. Seu principal produto é o alimento *in natura* ou minimamente processado. As atividades dos extrativistas são ao mesmo tempo ofertantes de alimentos diversos para o sistema alimentar e constituem sua principal ocupação e meio de geração de renda (comércio), além da obtenção de comida (autoconsumo). Assim, é possível inferir, de antemão, que as atividades produtivas [e reprodutivas] nesses ambientes institucionalizados promovem a soberania e segurança alimentar (SSAN) das famílias pescadoras, enquanto protegem e conservam a biodiversidade.

Nesse contexto, nosso olhar se volta para a Reserva Extrativista de Canavieiras. Localizada na costa dos municípios baianos de Una, Canavieiras e Belmonte, abrange os estuários e manguezais dos rios Jequitinhonha, Salsa e Pardo, situados no litoral sul do Estado da Bahia. Em seu processo de implantação e estruturação, a participação ativa da população, das lideranças comunitárias, na gestão compartilhada da UC com o órgão ambiental (ICMBio) possibilitou uma prática política sobre o território, sobre a natureza, sobre a cultura e sobre os próprios sujeitos que, visto ao longo de 18 anos e até recentemente, e especialmente no período

do desastre do óleo no litoral nordestino e da pandemia de Covid-19, acionou a noção da *práxis instituinte do comum*, que, na concepção de Dardot e Laval (2017), se refere ao lugar da luta política dos homens, em conjunto e em co-atividade autotransformadora, pelo acesso a direitos, realizados como comuns, em um processo constante que cria o novo, mas que comporta elementos do passado, da tradição, como fundamentais para a autoprodução do homem como sujeito do processo.

A pesquisa desenvolvida na Tese de doutoramento se situa na interface dos temas da conservação da biodiversidade e da SSAN e seu objetivo foi entender *como* as Resex Marinhas podem ser entendidas como espaços onde a defesa do território pelas comunidades locais possibilita incorporar objetivos e práticas relacionadas com a SSAN e de que maneiras a noção de *práticas instituintes do comum* participam dessa junção.

OBJETIVOS

Este trabalho tem por objetivo apresentar reflexões sobre os resultados da análise dos dados primários referentes aos níveis de segurança e insegurança alimentar e nutricional de famílias pescadoras e marisqueiras, “beneficiárias” (melhor dizendo, titulares de direitos) da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras. Essas reflexões buscam compreender de que formas o fenômeno da insegurança alimentar se apresenta em grupos e comunidades tradicionais, extrativistas, produtoras de alimentos.

MÉTODO

Na pesquisa, a investigação baseou-se em três eixos: levantamento bibliográfico a partir de cruzamentos entre os temas da SSAN e da Conservação da Natureza; oficinas de pesquisa junto a lideranças marisqueiras para aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) em suas comunidades e observação participante das reuniões do Conselho Deliberativo. Neste trabalho, o foco estará no uso da EBIA.

Na época do levantamento, as limitações de locomoção impostas pela pandemia de Covid-19 exigiram um uso dos ambientes virtuais no processo pesquisa. Para viabilizar a pesquisa, foi organizada uma atividade de obtenção de dados de campo com grande participação de lideranças comunitárias de pescadores e marisqueiras, de cinco comunidades, de um total de nove, nas etapas de elaboração, planejamento e execução (Quadro 1), aproximando essa etapa a metodologias participativas, seguindo os princípios das noções da SSAN, da ciência cidadã e das práticas instituintes. Houve atividades de nivelamento conceitual e treinamento na

elaboração e aplicação de questionários virtuais. As questões formuladas pelas lideranças foram incorporadas à pesquisa e tratadas como potenciais indicadores de SSAN.

–**Quadro 1** - Total de famílias respondentes na Resex Canavieiras, por situação do domicílio, comunidades e localidades, da pesquisa SSAN - setembro/2020 (n=58)

Área Protegida	Município onde reside	Situação do domicílio	Comunidade, bairro ou localidade	Famílias (amostra)	Percentual da amostra (%)
Resex Canavieiras	Canavieiras	rural	Atalaia	3	5,2%
		rural	Campinhos	19	32,8%
		rural	Puxim da Praia	12	20,7%
		rural	Puxim do Sul	7	12,1%
	Belmonte	urbana	Biela e Pt. da Areia	17	29,3%
Total			5	58	100%

Fonte: dados da pesquisa de campo, 2020.

A elaboração do formulário foi norteadada pela noção de multifuncionalidade, que, tendo origens na agricultura familiar, opera nos níveis familiar/domiciliar, territorial e da sociedade, criando, para além da produção, condições para a reprodução socioeconômica das famílias, a promoção da segurança alimentar, a formação de identidade coletiva, a manutenção do tecido social e a preservação da paisagem e dos recursos naturais (Maluf, 2003).

Operacionalmente, o levantamento de dados foi orientado para a caracterização do perfil da família, domicílio, da dinâmica do trabalho e renda, acesso aos alimentos e a políticas públicas relacionadas com a Conservação da Biodiversidade e da SAN, relações com o ambiente e saúde. Esses dados geraram indicadores sobre aspectos específicos da multidimensionalidade da SSAN e de sua multiescalaridade, como por exemplo o tempo de trabalho dedicado à pesca, existência algumas infraestruturas domésticas até acesso a políticas públicas de meio ambiente e produtivas. Esses dados foram complementados pela aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia). Foram entrevistadas 58 famílias “residentes” e “beneficiárias” da Resex Canavieiras, tendo sido aplicados 41 questionários em comunidades costeiras rurais do município de Canavieiras e 17 na área urbana de Belmonte. Em termos de *tamanho da amostra*, situando esses valores no contexto da população abrangida, de cerca de 2.500 famílias, com um intervalo de confiança estimado em 95%, uma margem de erro de 5% (para mais ou para menos) e uma proporção estimada da população de 96%, a amostra poderia ser de 58 unidades², coincidindo com a quantidade de formulários aplicados. O inquérito foi realizado em setembro de 2020.

² Cálculos realizados em: http://estatistica.bauru.usp.br/calculoamostral/ta_ic_proporcao.php

Os dados dos níveis de InSAN funcionam como parâmetros para a análise dos demais indicadores que ilustram o quadro multidimensional da SSAN, em contextos específicos. Optou-se pelo método das escalas psicométricas, utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), que abrange a percepção do entrevistado sobre seu acesso aos alimentos. No campo teórico, foram utilizadas as noções de comum e de prática instituinte do comum (Ostrom, 1990; Laval e Dardot, 2017) como chaves de leitura para relacionar conservação da biodiversidade e segurança alimentar em UC do tipo Resex Marinha.

Buscou-se estabelecer comparações com indicadores do Inquérito Vigisan (2021) e identificar situações específicas da insegurança alimentar. Os indicadores utilizados foram faixa etária, sexo, situação do domicílio e autodeclaração racial do respondente. Das famílias beneficiárias da Resex, o perfil, a atividade principal, tempo dedicado à pesca e o comportamento da renda, acesso a Políticas Públicas de SAN, conservação ambiental e de Assistência Social.

RESULTADOS DO LEVANTAMENTO DE DADOS NA RESEX CANAVIEIRAS

Do total de 58 famílias respondentes, somente 20,7% encontravam-se em situação considerada de Segurança Alimentar - SAN, bem abaixo dos índices registrados pelo relatório Vigisan (2021), que apontou 44,8% para o Brasil e 28,1% para a região Nordeste. A condição de SAN foi predominante nas famílias residentes nas localidades rurais inseridas na área da Resex, 27% das famílias. Entretanto, nas áreas urbanas, em Belmonte, o índice das famílias que se consideravam em SAN foi de apenas de 6%.

A **InSAN leve** teve, na pesquisa, o maior número de respostas, 44,8% dos domicílios. Esse valor está acima da faixa das escalas nacional, de 34,7%, e Nordeste, 41,1% dos domicílios. Essa faixa prevaleceu nas localidades rurais (46,3%) sobre as urbanas (41,2%). No relatório Vigisan, no nível nacional, esse nível prevaleceu nos domicílios urbanos, com 35% a 33% dos rurais. Na região Nordeste também prevaleceu nos domicílios urbanos (em 43%) sobre os rurais (35,7%). O nível **de InSAN moderada** atingiu 22,4% dos domicílios, bem acima dos 11,5% no nível nacional e dos 17% na região Nordeste. Numa mudança de tendência, foi mais significativo nas áreas urbanas de Belmonte. Em praticamente três quartos da amostra, as famílias com residentes menores de 18 anos apresentaram esse nível de InSAN. O nível **de InSAN grave** foi registrado em 12% dos domicílios da pesquisa, estando na mesma faixa da escala nacional, de 9%, e da região Nordeste, em 13,8% dos domicílios. Nas áreas urbanas, o índice de InSAN moderada e grave abrangeu 55,6% dos domicílios, bastante acima do índice nacional, de 19,4% e da região Nordeste, de 29,3%, evidenciando maiores dificuldades de

acesso a alimentos no bairro, na cidade. Nas zonas rurais, 26,9% dos domicílios estavam em InSAN moderada e grave, próximo ao índice nacional, de 27% e não muito distante do índice nordestino, de 34,9%. Os domicílios com residentes menores de 18 anos em InSAN grave eram cerca de 10% da amostra.

Na Resex, nos domicílios em que os moradores-referência somente trabalhavam na pesca (43%), predominava a InSAN leve, em 17% dos domicílios. Em 19% a insegurança era moderada ou grave. Nos domicílios em que além da pesca se praticava o extrativismo vegetal e uma pequena agricultura, atividades como artesanato e turismo comunitário, os índices de InSAN eram melhores, porém, eram menores quantidades os domicílios em que haviam sido declaradas múltiplas atividades. Depois do crime do derramamento de óleo no litoral nordestino (2019) e da pandemia de Covid-19 (2020 e 2021), em 53,4% dos domicílios houve a redução do tempo de trabalho na pesca para até a metade do tempo habitual e, em 38% dos casos, para no máximo, 25% do tempo normalmente dedicado à atividade (inclusive beneficiamento). Famílias que dedicavam até metade do tempo usual na pesca (53%) tiveram índices de SAN de 14%, InSAN leve de 24% e moderada e grave acumuladas em 15%. Das que passaram a dedicar a menor parte do tempo (até 25% do tempo de trabalho usual), 18% encontravam-se em situação de SAN, 45% em InSAN leve e 41% em InSAN moderada ou grave. Famílias que mantiveram mais da metade de seu tempo de trabalho dedicado à pesca (9%), estavam todas em algum nível de insegurança alimentar. Uma importante observação é que os dados, quando organizados por localidades rurais e urbanas, indicaram que os moradores das áreas urbanas foram os que mais reduziram o tempo de trabalho na pesca ou mariscagem. Essa coincidência indica uma maior exposição à InSAN por uma possível falta de acesso a recursos ou do uso de instrumentos adequados.

Levando-se em consideração que a pesca e/ou mariscagem são as principais atividades produtivas e, portanto, importantes geradoras de rendas monetárias, os dados sobre o tempo da pesca servem como indicadores da própria dinâmica da cadeia produtiva e da comercialização dos produtos, que afeta a renda das famílias. Na Resex, em 33% dos domicílios a renda da pesca, havia diminuído “um pouco” (em até 25%). Nesses domicílios predominava a InSAN leve (42%) e as InSAN moderada e grave abrangeram 26% das famílias. Para 19% das famílias, a renda da pesca foi reduzida à metade. Dessas, 55% estavam em InSAN leve 27% em InSAN moderada ou grave. A renda da pesca caiu para menos da metade em 28% das famílias. Nessas, 50% estavam em InSAN leve e 44% nos níveis moderado ou grave. Os melhores índices de SAN estavam entre as famílias que tiveram menores quedas na renda da pesca (10% da amostra).

Dos programas sociais, 69% das famílias tinham acesso ao Programa Bolsa Família, que se apresentava como a política pública de distribuição de renda mais presente na UC. Desses, 45% do total geral estavam em InSAN leve e os casos moderados e graves somaram 40%. Somente 15% das famílias estavam em Segurança Alimentar. Das famílias que recebiam aposentadoria, cerca de 10% da amostra total, mais de 80% estavam em segurança alimentar e 16% em InSAN moderada. Os que não recebiam nenhum benefício eram 17,2% da amostra total, sendo que 60% estavam em InSAN leve e 20% em InSAN grave. Do acesso a políticas públicas de fomento da produção, 47% dos domicílios disseram não acessar nenhuma. Desses, 41% estavam em InSAN leve, 52% em InSAN moderada e grave e apenas 7,4% em situação de SAN. Desse modo, mais da metade das famílias que acessavam políticas públicas de fomento da produção apresentavam níveis de InSAN moderado ou grave. Entre os que acessaram essas políticas, predominou a ATER, com 24% do total e que teve 64% em InSAN leve e 28% em situação de SAN. Com isso, percebe-se uma importante relação entre o acompanhamento técnico dos produtores rurais e os níveis menos graves de InSAN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os níveis de Segurança Alimentar e Nutricional reconhecidos indicam que pouco mais de 80% dos respondentes estavam passando por algum nível de restrição alimentar durante o período 2019-2021. O registro das piores condições de SAN ocorreu nos domicílios em que a pessoa de referência era do sexo feminino, na faixa etária entre 18 e 49 anos, com residentes menores de 18 anos, nas áreas urbanas, predominantemente entre pretos e pardos. Esse é um perfil que deve ser visto “de fora”, isto é, como informação que acrescenta conhecimento sobre os grupos sociais brasileiros mais vulneráveis à insegurança alimentar e à fome. Deve-se considerar que a maioria dos respondentes pertencia a esse perfil, por isso a predominância. Visto “de dentro”, as diferentes histórias das famílias grupos e comunidades e suas relações territoriais comunais são as catalizadoras da auto-organização política para a superação das condições de existência material, em muitos aspectos bastante precárias. O que pretendemos sinalizar aqui é que as desigualdades parecem ter características similares, nas suas interseccionalidades e que as histórias de vida é que movem a prática da criação dos comuns.

A maior proporção de InSAN moderada ou grave ocorreu nas áreas urbanas, tendência diferente da verificada no Relatório Vigisan para as áreas pesquisadas na região Nordeste e na dimensão nacional. Isso pode indicar que, na zona rural da Resex, as atividades pesqueiras, extrativistas, de mariscagem e agrícolas diversas foram capazes de produzir e fornecer alimentos para autoconsumo, o que nem sempre aparece nas redes de distribuição nas escalas

regional e nacional. Localmente, se comunidades rurais e urbanas participam da mesma relação com os ambientes para obter alimento ou produto, as políticas públicas de Conservação da natureza podem não ter sido suficientes, frente às diversas situações de calamidades socioambientais, necessitando de um incremento das políticas públicas de SAN, para essas comunidades e uma reavaliação da intersectorialidade dessas.

Quando desagregados, os altos valores para os níveis de InSAN leve e moderada e o baixíssimo nível de segurança alimentar indicam que nas áreas urbanas houve uma intensificação do fenômeno da InSAN não apenas existente, mas muito marcante. Nas comunidades rurais da Resex, a predominância do nível leve e os níveis moderado e grave relativamente mais baixos indicam que houve uma maior transferência do nível de Segurança Alimentar para a insegurança alimentar leve.

A redução do tempo dedicado à pesca parece não ter condicionado um aumento expressivo dos níveis de InSAN moderada e grave, o que sugere que houve elementos que compensaram essa redução, tal como o acesso a políticas públicas de benefícios e assistência social, de fomento produtivo e, excepcionalmente, auxílios financeiros. Nesse caso, o Programa Bolsa Família e os auxílios emergenciais foram extremamente relevantes para a mitigação de impactos na renda da pesca. Também pode-se supor que a maior diversidade de atividades vinculadas à pesca, na Resex, parece influenciar no arrefecimento dos níveis de insegurança alimentar mais restritivos. Concretamente, foi presenciado o estabelecimento de parcerias que contribuíram para evitar a ampliação de estados de insegurança crítico, com o acesso constante a doações das redes de solidariedade e trocas.

Ainda que o número absoluto de rendas familiares por aposentadoria seja reduzido, na amostra, são nessas famílias que os níveis de segurança alimentar são melhores, indicando que o acesso aos sistemas de segurança social é fundamental para a realização do direito ao território, à alimentação adequada e saudável e à conservação dos recursos naturais/natureza.

Nas Reservas Extrativistas, a abordagem da SSAN expõe questões relacionadas com a produção de alimentos em Unidades de Conservação, tema que revela as desigualdades no acesso aos "bens" da natureza. A SSAN atenta para a contribuição das comunidades extrativistas para o sistema alimentar, em diversas escalas e contextualiza o acesso aos alimentos e a situação dos níveis de insegurança alimentar dessas comunidades.

Para além dos dados da Ebia e dos dados socioeconômicos, a Resex Marinha de Canavieiras se tornou o fator polarizador das lutas pela permanência no território pesqueiro e pela manutenção dos modos de vida de seus habitantes, pescadores e marisqueiras. Verificamos também que a luta pelo direito ao território não começa com a instituição da Resex, se não que

a instituição da Reserva surge como instrumento que institucionaliza essa luta, iniciada a partir do estabelecimento de conflitos entre diferentes formas de manejo e apropriação dos recursos.

A criação da Resex é compreendida pelas lideranças pescadoras como uma luta política. Mas é uma luta política não somente sobre a criação da Resex: ela mesma se tornou elemento da motivação para o fortalecimento da organização e ampliação da abrangência das associações de pescadoras e marisqueiras. Mais do que uma luta por um espaço, é uma luta social e política pelo acesso a direitos, à proteção e ao reconhecimento dessa territorialidade específica: uma luta por territórios. É nesse lugar da luta política por direitos que aparece a noção da *prática instituinte*, que é um ato e está constantemente buscando a mudança e a transformação do instituído. O fazer da *práxis* ocorre sempre em um contexto histórico, em circunstâncias herdadas das gerações anteriores e, agindo sobre essas mesmas condições, estabelece novas. Nesse processo, não somente as circunstâncias exteriores são modificadas, mas os próprios atores que se produzem como sujeitos *em e por* sua ação.

Nas Reservas Extrativistas, a abordagem da SSAN expõe questões relacionadas com a produção de alimentos em Unidades de Conservação, tema que revela as desigualdades no acesso aos "bens" da natureza. A SSAN atenta para a contribuição das comunidades extrativistas para o sistema alimentar, em diversas escalas e contextualiza o acesso aos alimentos e a situação dos níveis de insegurança alimentar (Insan) dessas comunidades.

A partir da característica multidimensional da SSAN se torna possível estabelecer relações com o campo da conservação da biodiversidade, mais precisamente a proteção ambiental sob o paradigma do socioambientalismo. O acesso diferenciado à terra, aos recursos naturais, às políticas públicas de fomento produtivo e a sistemas de saúde, saneamento e assistências social, elementos multidimensionais da SSAN, promovem sua aproximação à territorialidade instituída na Resex em sua relação com o direito aos territórios pesqueiros. Ao considerarmos que muitas das qualidades desses territórios existem (ou são potencializadas) nas Resex, esta se configura como a base para a realização de práticas instituintes de comuns, na medida em que sua institucionalização combina elementos do comum de proteção ambiental e a produção de alimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN – e dá outras providências. DOU, 18 de setembro de 2006.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. DOU, 19 de julho de 2000.

_____. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2015. 350 p.

DARDOT, C. e LAVAL, P. Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI. São Paulo, Boitempo: 2017.

MALUF, R.S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M.J. e MALUF, R.S. (orgs). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Mauad, Rio de Janeiro: 2003.

MALUF, Renato e MENEZES, Francisco. Caderno Segurança Alimentar. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, Brasília: 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno-2018seguranca-alimentar2019/19-caderno-2018seguranca-alimentar2019.pdf>

OSTROM, E. (1990). Governing the commons – the evolution of institutions for collective actions. Cambridge (UK), Cambridge University Press.

URZUA, V.N. A prática instituinte da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras-BA: conservação da biodiversidade e segurança alimentar e nutricional (Tese de doutoramento). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

VIGISAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. GT Monitoramento da Rede PENSSAN, 2021. ISBN-978 65 87504193. Disponível em: < <https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020/> >